



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

ABU-EL-HAJ, Jawdat

A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe

História (São Paulo), vol. 33, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 14-36

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221032780003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe

Geopolitics and the Palestinian-Israeli conflict: from the Oslo Accords to the Arab Spring

Jawdat ABU-EL-HAJ

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Contato: jawdat@ufce.br

Resumo: O artigo procura interpretar a continuidade do conflito no Oriente Médio, tendo o intervalo entre as Conferências de Oslo e Camp David como referência. Questiona sobre os motivos que levaram a OLP e Israel a realizar uma drástica revisão de suas doutrinas e, mesmo assim, não terem conseguido fechar um acordo em 2000, apesar da relativa estabilidade política. A análise é tecida em duas etapas. Na primeira, apresenta um histórico diplomático das negociações intermediadas pela Noruega entre palestinos e israelenses. Na segunda, detalha as doutrinas e as estratégias políticas que guiaram as ações dos dois protagonistas desde a década de 1940 e como estes interagiram com o contexto internacional. Argumenta que os acordos de Oslo foram motivados pelo fim da Guerra Fria e as consequências regionais da primeira Guerra do Golfo de 1990. As revisões doutrinárias realizadas por Arafat e Rabin, no entanto, perderam fôlego no final da década de 1990, quando o sistema político regional sofreu uma crise de deslegitimação causada pela permanente crise social. Ausentes do cenário político, o pan-arabismo e a esquerda marxista propiciaram o fortalecimento do fundamentalismo islâmico, passando este a assumir o papel de força aglutinadora de oposição no mundo árabe. Em Israel, uma tendência similar ocorreu com a hegemonia dos partidos ultraconservadores, inimigos declarados dos acordos de Oslo. Palestinos e israelenses mergulham num intervalo de extrema violência, a “segunda Intifada”, uma reedição das lutas existenciais da década de 1940. Todavia, as mudanças estruturais na vida política, originadas pela “primavera árabe”, abrem hoje uma nova janela que favorece o pleito dos moderados palestinos e das forças progressistas no mundo Árabe. Conclui-se indagando se a esquerda israelense terá ambição e força suficientes para retomar a iniciativa política e negociar um fim pacífico para o conflito.

Palavras-chave: geopolítica; diplomacia; resolução de conflito.

Abstract: This article analyzes the continuity of the Middle East conflict, having the period between the Oslo Agreement and the Camp David Summit as a reference. It inquires about the reasons that led the PLO and Israel to perform a drastic revision of its doctrines and even then, they were unable to close a deal in 2000, despite the relative political stability. The analysis was made in two steps. The first presents a history of diplomatic talks intermediated by Norway between Palestinians and Israelis. The second details the doctrines and political strategies that guided the actions of the two protagonists since the 1940s, and how they interacted with the international context. It argues that the Oslo accords were motivated by the end of the Cold War and the regional consequences of the first Gulf War of 1990. The doctrinal revisions made by Arafat and Rabin, however, lost the momentum in the late 1990s, when the regional political system suffered a crisis of legitimacy caused by a permanent social crisis. Absent from the political scene, the pan-Arabism

and the Marxist left favored the strengthening of Islamic fundamentalism, becoming the main unifying opposition force in the Arab world. In Israel, a similar trend occurred with the hegemony of ultraconservative parties, declared enemies of the Oslo accords. Palestinians and Israelis plunged into a period of extreme violence, "Second Insurgency", a reissue of the existential struggles of the 1940s. However, the structural changes in the political life, caused by the "Arab Spring" now open a new window that favors the election of Palestinian moderates and progressive forces in the Arab world. It concludes asking whether the Israeli left have ambition and enough strength to regain the political initiative and negotiate a peaceful end to the conflict.

Keywords: geopolitics; diplomacy; conflict resolution.

Em 20 de agosto de 1993, o conflito do Oriente Médio parecia se encaminhar para um final pacífico, quando os delegados palestinos e israelenses anunciaram em Oslo a formalização de um entendimento histórico entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin. As simbólicas três cartas trocadas entre os dois líderes reconheciam a legitimidade dos pleitos dos dois povos, comprometendo-se a negociar todas as questões espinhosas em um intervalo de cinco anos. Um mês após o anúncio do entendimento em Oslo, Arafat e Rabin celebraram nos jardins da Casa Branca o documento formal, os Acordos de Oslo, com a presença de Bill Clinton e vários chefes de estados árabes e europeus. Concretamente, os Acordos previam o fim do conflito armado; retiradas israelenses de extensas partes dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia; formação de um protoestado palestino (Autoridade Nacional Palestina) com poderes administrativos e diplomáticos; cooperação nas áreas de segurança, infraestrutura e economia; e o início de negociações sobre um tratado de paz no transcorrer máximo de cinco anos. Apesar de seus limitados objetivos, os Acordos de Oslo de 1993 representavam revisões profundas nas doutrinas políticas e estratégicas dos dois atores.

O sucesso de Oslo, no entanto, não perdurou. Os setes anos de convivência pacífica entre os dois povos (1993 e 2000), acompanhada por prosperidade econômica e comercial, prometiam uma difícil, porém exitosa, negociação sobre as questões centrais. Os analistas acreditavam que o conflito existencial entre os dois povos havia passado e que tudo decorreria de uma questão de tempo: a declaração de um estado palestino e a assinatura de um tratado de paz tornando Israel um membro nato do sistema político regional. (BEILIN, 1999 e ROTHSTEIN, 1999).

A cúpula de Camp David de 2000, convocada por Bill Clinton, revelou a dificuldade aos otimistas. A proximidade das posições políticas palestinas e israelenses em torno dos componentes centrais de um acordo de paz, a receptividade da opinião pública de ambos os lados para uma saída negociada e a abertura comercial para os produtos israelenses nos mercados do Oriente Médio não foram suficientes para evitar o fracasso de Camp David. As sondagens realizadas pela PEACE INDEX (<http://www.peaceindex.org/indexMainEng.aspx>) haviam revelado o amplo apoio da opinião pública israelense ao princípio de uma paz assentada em dois estados nacionais. Uma similar tendência foi documentada nas pesquisas de opinião pública palestina conduzidas pela

JERUSALEM MEDIA AND COMMUNICATIONS CENTER (<http://www.jmcc.org/polls.aspx>) e o CENTER FOR PALESTINE RESEARCH AND STUDIES (<http://www.pcpsr.org/en/index-cprs-polls-1993-2000-0>). O clima otimista foi ainda reforçado pela participação oficial israelense nas cúpulas econômicas da Middle East-North Africa (MENA) em Casablanca/1994, Amman/1995 e Cairo/1996, reunindo representantes de todos os países árabes, com exceção de Síria e Líbano. Consequentemente, Bahrain e Qatar assinaram acordos comerciais em 1994 e 1996, respectivamente, seguidos pela abertura do Israel Trade Center em Doha, em 1996, como ponto de interlocução comercial com os países de GCC (Gulf Cooperation Council). (ERIAN; FENNELL, 1996).

O fracasso de Camp David não se limitou a um retrocesso diplomático, levou a uma violenta colisão militar, deixou milhares de civis mortos e feridos. Durante a segunda Intifada (2000-2005) renasceu a luta existencial que marcou o conflito palestino-israelense na década de 1940, intervalo no qual ambos disputavam a soberania sobre a Palestina. Luta existencial significa que um estado estabelece como prioridade da sua doutrina de segurança nacional (a sobrevivência do estado) o impedimento da soberania de outro estado sobre um território designado como espaço natural da sua nacionalidade. (ROMM, 1993). O artigo, neste sentido, procura interpretar a continuidade do conflito no Oriente Médio tendo o intervalo entre Oslo e Camp David como referência. Indaga sobre os motivos que levaram a OLP e Israel, em 1993, a realizar uma drástica revisão de suas posições doutrinárias e estratégicas cristalizadas desde a década de 1940, enquanto os dois atores não conseguiriam fechar um acordo em 2000, apesar da relativa proximidade das posições e de um ambiente de estabilidade política e de segurança. As respostas são tecidas em duas partes. A primeira apresenta o histórico dos acordos, as consequentes mudanças nas fronteiras e os contatos políticos entre palestinos e israelenses. A segunda detalha as doutrinas e as estratégias políticas que guiaram as ações dos dois protagonistas desde o início do conflito, na década de 1940, e como estes interagiram com o contexto internacional. Na conclusão, argumenta-se que o engessamento do cenário político israelense, sob a hegemonia da ultradireita ideológica, foi o principal responsável pela reedição da luta existencial. Todavia, uma tendência à multipolaridade, acompanhada por mudanças estruturais no sistema regional originadas pela “primavera árabe”, abre hoje uma janela nova que favorece o pleito dos palestinos. Resta saber se a esquerda israelense terá ambição e fôlego suficientes para retomar a liderança política e negociar um fim pacífico para o conflito.

I. Dos Acordos de Oslo à Cúpula de Camp David

A via norueguesa, conhecida como “back channel” de Oslo, teve início durante a Conferência de Madrid de 1991, lançada pelas duas grandes potências, EUA e União Soviética,

logo após a primeira guerra do golfo, em 1990. Madrid representava uma nova abordagem para as negociações, focada na estabilidade regional como prelúdio para a resolução do conflito palestino-israelense. O fracasso da Conferência de Madrid, apesar da pressão americana e soviética e ampla participação de estados da região, foi anunciado quando o primeiro ministro ultranacionalista Yitzhak Shamir recusou-se a negociar diretamente com a OLP, exigindo a fusão das delegações palestinas e jordanianas. Consequentemente, acadêmicos palestinos ligados à OLP e israelenses influentes no partido trabalhista iniciaram encontros paralelos para formular princípios de um possível acordo político. Do lado palestino Hanan Ashrawi – professora de inglês da Universidade de Birzeit e assessora da delegação palestina em Madrid, e do outro o cientista político da Universidade de Haifa Yair Hirschfeld – um amigo pessoal de Shimon Peres – estabeleceram um entendimento de que qualquer êxito de superação do conflito dependeria de uma negociação direta entre os dois principais protagonistas, o governo de Israel e a OLP. Três passos deveriam guiar qualquer entendimento: um reconhecimento mútuo dos direitos nacionais dos dois povos, resolução dos cinco principais pontos de conflito (Jerusalém, refugiados, colônias, fronteira e o estado palestino) e a conclusão de um tratado de paz que encerrasse definitivamente o conflito palestino-israelense.

Existem diversos relatos sobre as negociações de Oslo. Hanan Ashrawi (1995) e Mahmood Abbas (1995) apresentaram a versão palestina, enquanto Yossi Beilin (1999), Shimon Peres (1995) e Uri Savir (1998) descrevem as posições israelenses. Jan Egeland (1994), por sua vez, narrou o ponto de vista dos diplomatas noruegueses. Todavia, as publicações da historiadora da Universidade de Oslo e vice-diretora do PRIO (Peace Research Institute of Oslo), Hilde Waage (2000, 2004 e 2005), apoiadas nas atas das reuniões, “position papers”, gravações e entrevistas com os principais negociadores, são tidas como as análises mais completas e sistemáticas das negociações. Neste sentido, a cronologia dos fatos neste trabalho se baseou principalmente na obra de Waage.

As conversações entre os acadêmicos Ashrawi e Hirschfeld se tornaram mais significativas após as eleições israelenses de 23 de junho de 1992, quando o Partido Trabalhista, liderado por Yitzhak Rabin e Shimon Peres, venceu o Likud. Yasser Arafat então foi comunicado por Hanan Ashrawi, via Oriente House, do quartel informal da OLP em Jerusalém Leste, do interesse do novo governo trabalhista de Rabin em abrir canais paralelos de conversações. Em dezembro de 1992, Arafat despacha para Londres Ahmed Qurei, um dos fundadores da Al-Fatah, para o primeiro contato com Hirschfeld. As despesas ficaram a cargo do Ministério do Exterior da Noruega. O canal norueguês foi aberto por intermédio do sociólogo Terje Rod Larsen, diretor do Instituto Norueguês de Ciências Sociais Aplicadas e amigo pessoal de Ashrawi e Hirschfeld. Larsen, casado com a diplomata norueguesa Mona Juul, especialista do Oriente Médio e lotada na embaixada em Cairo,

havia passado uma temporada em Gaza conduzindo pesquisas sobre os mercados de trabalho dos palestinos em Israel. Durante sua pesquisa de campo participou em numerosos seminários em universidades palestinas e israelenses, formando laços de amizade com acadêmicos dos dois lados. Ao receber a notícia das conversações entre Ashrawi e Hirschfeld, Larsen se dispôs a convencer o Ministério do Exterior norueguês a estabelecer um canal paralelo e seguro de contatos oficiais. (WAAGE, 2000).

Qurei e Hirschfeld se encontraram novamente em Oslo em janeiro de 1993. Apesar de uma tentativa aparentemente apenas acadêmica, a proximidade pessoal dos negociadores com os comandos políticos de ambos os lados indicava uma seriedade fora do comum. Hirschfeld e seu acompanhante Ron Pundak (jornalista e aluno de Hirschfeld) eram dois confidentes de Shimon Peres, enquanto Ahmed Qurei fazia parte da liderança histórica da Al-Fatah. A seriedade em avançar as negociações se tornou mais evidente quando Mahmood Abbas foi escalonado por Arafat para acompanhar diariamente as negociações. Do lado israelense, Yossi Beilin, o segundo homem do ministério das relações exteriores de Israel, relatava ao gabinete de Rabin o desenrolar dos fatos.

A postura conciliadora de Qurei surpreendeu israelenses e noruegueses. A OLP defendia a reciprocidade do reconhecimento mútuo entre o Estado de Israel e o futuro Estado palestino. Para facilitar o desfecho de um tratado de paz, Qurei sugeriu que ambos os lados negociassem diretamente uma solução para as cinco questões centrais: Jerusalém, os refugiados, as colônias, a fronteira dos dois estados e o status político do governo palestino. Caso as partes não alcançassem entendimentos diretos, recorreriam então à arbitragem internacional. Qurei ainda sugeriu que enquanto as negociações avançassem os palestinos tivessem autonomia administrativa em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém leste, mantendo coordenação com Israel sobre questões de segurança, economia e infraestrutura.

Em março de 1993, a primeira Declaração de Princípios de Sarpsborg (*DOP -Declaration of Principles*) incluiu quatro cláusulas: 1. retirada do exército israelense de Gaza e a sua substituição por forças egípcias ou internacionais (ONU); 2. autonomia administrativa na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Leste, sob uma provisória administração palestina; 3. plano de desenvolvimento palestino financiado por um fundo internacional e 4. abertura imediata das negociações em torno do status final de Jerusalém e dos refugiados, tendo, em última instância, a arbitragem internacional como o instrumento da resolução de discórdias.

Como o governo israelense não se pronunciou sobre a primeira DOP de Sarpsborg, Ted Larsen viajou para Jerusalém e convenceu Peres a enviar representantes governamentais para formalizar entendimentos oficiais com a OLP. Em maio de 1993, a equipe israelense muda de direção, orientação e abordagem. Uri Savir, diretor geral do Ministério das Relações Exteriores, e Yoel Singer, advogado do Ministério da Defesa, substituem Hirschfeld and Pundak, sinalizando que

Rabin e Peres assumiriam pessoalmente as rédeas das negociações. Na segunda rodada, na cidade de Grefsheim, a delegação israelense modificou inteiramente as cláusulas da DOP de Sarspborg, pondo a prioridade da segurança frente à diplomacia. Os novos negociadores israelenses retiravam qualquer referência à arbitragem internacional; admitiam uma administração palestina em partes de Gaza e Cisjordânia, excluindo Jerusalém leste; rejeitavam categoricamente a presença de forças internacionais, negavam a responsabilidade israelense pelos refugiados e anunciavam que Jerusalém Leste ficaria fora de qualquer entendimento, inclusive de um tratado de paz.

Após a retirada da delegação palestina em protesto, a pressão diplomática norueguesa a levou de volta a Oslo em julho de 1993. Uma contraproposta foi apresentada por Qurei: reconhecimento dos direitos nacionais palestinos, aceitação da resolução 242 da ONU, segurança compartilhada nas fronteiras, acesso livre entre Gaza e Cisjordânia e a recorrência à arbitragem internacional em casos complexos tais como os refugiados e Jerusalém Leste. Ocorrida mais uma negação israelense e retirada palestina, entra em cena o novo ministro norueguês das relações internacionais, Johan Jorgen Holst. Em conversa pessoal com Arafat, Holst recomenda uma estratégia incremental de três passos para viabilizar as ambições nacionais palestinas. O primeiro seria a autonomia administrativa palestina sobre os territórios ocupados, seguido por negociações bilaterais sobre as questões centrais, contando com um incentivo internacional para alcançar posições intermediárias e, após a assinatura de um tratado de paz, eventualmente a declaração de um estado palestino. (WAAGE, 2005).

Percebendo uma tácita aceitação de Arafat, no dia 18 de julho Holst empreende uma maratona diplomática de oito horas por telefone intermediando conversações entre Arafat e Peres. Peres e Rabin apresentam a posição oficial israelense: os palestinos teriam autonomia administrativa sob Gaza e Cisjordânia, enquanto o Estado de Israel se comprometeria, dentro de um prazo estipulado, a alcançar um entendimento com os palestinos em torno das cinco questões centrais do conflito: a situação dos refugiados, o status de Jerusalém oriental, destino das colônias, as fronteiras finais de Israel e a criação de um estado palestino. (WAAGE, 2004).

No anúncio em Oslo, em agosto de 1993, assinado formalmente no dia 13 de setembro de 1993 na Casa Branca, constavam três passos: 1. autonomia palestina inicial em Gaza e Jericó, estendendo-se para outras áreas na Cisjordânia; 2. organização de uma entidade jurídica reconhecida internacionalmente como Autoridade Nacional Palestina (ANP), com as prerrogativas para gerir os assuntos políticos, administrativos e diplomáticos do povo palestino, um protoestado nacional; e 3. início para 2000 (contando cinco anos de maio de 1996, quando terminam todas as retiradas israelenses) das negociações entre o governo de Israel e a ANP para resolver as cinco questões pilares do conflito.

A efetivação territorial dos Acordos de Oslo começou no dia 4 de maio de 1994 com a retirada militar israelense e o início da autonomia administrativa palestina em Gaza e Jericó. Em seguida veio Oslo II (Acordo Transitório sobre Cisjordânia e Gaza: Interim Agreement on West Bank and Gaza Strip), no dia 28 de setembro de 1995, com o anúncio da retirada israelense de seis cidades palestinas e o estabelecimento de três zonas de segurança: Área A (controle palestino civil e de segurança, 3% da Cisjordânia e Gaza), Área B (administração civil palestina com controle de segurança israelense, 21% dos territórios), e Área C (controle israelense administrativo e de segurança, 61% dos territórios). (BROWN, 2003 e BRYNJAR, 1998).

O assassinato de Yitzhak Rabin, em novembro de 1995, e a vitória eleitoral do Likud liderada por Benjamin Netanyahu, principal opositor de Oslo, não impediram a continuidade da sua instauração. Consequentemente, em 15 de janeiro de 1997, o governo de Netanyahu aceitou a retirada de Hebron com a ressalva de manter controle sobre 20% da cidade onde viviam 400 famílias judaicas, as quais teriam acesso direto ao túmulo dos patriarcas. O entendimento de Wye River entre Arafat e Netanyahu, em 15 de outubro de 1997, assegurou a retirada do exército israelense de outros 13% da Cisjordânia e permitiu a construção de um aeroporto em Gaza. Neste acordo, a ANP passou a administrar 40% da Cisjordânia. Com a conclusão de todas as retiradas militares previstas pelos Acordos de Oslo, Arafat e o recém-eleito primeiro ministro trabalhista Ehud Barak assinaram, no dia 04 de setembro de 1999, o memorando de Sharm El-Sheik, lançando a fase das negociações definitivas sobre as questões centrais e indicando fevereiro de 2000 como data limite para assinar um tratado de paz.

Após diversos adiamentos, Bill Clinton convida Yasser Arafat e Ehud Barak, no dia 11 de julho 2000, para o retiro presidencial de Camp David. A escolha de Clinton refletia seu desejo de marcar a sua presidência nos mesmos moldes do tratado de paz assinado por Sadat e Begin, intermediado por Jimmy Carter em setembro de 1978. O clima de convivência mútua e cooperação entre a ANP e Israel prometia avanços e entendimentos sobre as questões polêmicas. Desde Oslo, mudanças radicais haviam ocorrido, tanto na vida política como nas percepções entre os dois povos: havia existido concretamente dois estados nacionais, produzindo a percepção de que o conflito havia passado à arena diplomática. Em geral, após cinco anos da assinatura dos Acordos de Oslo as identidades israelenses e palestinas foram internalizadas como realidades permanentes nos imaginários coletivos dos dois povos.

Todos os observadores sabiam das dificuldades de se chegar a um entendimento, porém nenhum previa as consequências calamitosas do fracasso de Camp David. O que parecia, em julho de 2000, ser uma negociação tranquila entre dois governos, se degenerou em uma violência jamais vista desde a década de 1940. Essa fase começou logo após o anúncio do fracasso da Campo David, no dia 25 de julho, seguida da desastrada visita de Ariel Sharon, em setembro de 2000, à Esplanda

das Mesquitas, fato que deflagrou a “Segunda Intifada”. A situação complicou mais ainda em fevereiro de 2001, quando Sharon aplicou uma esmagadora derrota eleitoral nos trabalhistas, levando a fragmentação e quase desaparecimento da força política israelense que havia apostado nas negociações.

Duas narrativas opostas explicaram o fracasso de Camp David. A palestina foi apresentada pelo jornalista Akram Haniyyeh, o assessor especial de Clinton para o Oriente Médio entre 1998 e 2001, Robert Malley, e Hussein Agha, membro da delegação palestina, e reforçada por Richard Falk e Robert Wright. Já a israelense foi relatada por Ehud Barak e Shlomo Ben-Ami, reiterada pelo diplomata americano Denis Ross, o jornalista Thomas Friedman e o professor de relações internacionais David Makovsky. (PRESSMAN, 2003a).

Na entrevista dada por Barak ao historiador Benny Morris e de Shlomo Ben-Ami (então Ministro do Exterior) ao jornalista de Haaretz, Ari Shavit, foi reiterada a clássica versão israelense, de percepções antiquadas, sobre as veladas intenções palestinas de utilizar as negociações como uma arma estratégica contra Israel. Afirmavam que a noção de dois estados nacionais não fazia parte da finalidade do negociador palestino, mas a retomada de toda a Palestina em etapas nas quais, a cada retirada israelense, mais um passo seria dado nesta direção. Dennis Ross reproduziu a mesma narrativa, sugerindo que Arafat chegou a Camp David já determinado a rejeitar qualquer proposta para encerrar o conflito. Thomas Friedman, o articulista da New York Times, escreveu reiteradamente que os palestinos haviam rechaçado as generosas concessões israelenses: 96% da Cisjordânia e 100% de Gaza, remoção de todas as pequenas colônias israelenses, retomada de Jerusalém Leste, retorno de partes dos refugiados para Israel e um fundo internacional de reabilitação dos refugiados com participação financeira israelense. Diretor de Washington Institute for Middle Eastern Studies e da Johns Hopkins University, David Makovsky declarou em um artigo que Arafat jamais aceitaria um acordo sobre as questões centrais do conflito, uma vez que seria a admissão da legitimidade histórica de Israel um propósito inadmissível pelo movimento nacional palestino. (SWISHER, 2004).

A narrativa palestina foi elaborada em um longo artigo escrito por Akram Haniyyeh, jornalista amigo de Arafat. Para Haniyyeh, Barak veio às negociações com imposições colonialistas e postura militarista, ameaçando os palestinos de severas punições caso a ANP rejeitasse a sua proposta. Segundo Haniyyeh, Barak recusou reiteradamente negociar diretamente com Arafat, preferindo lançar propostas indiretas via diplomatas americanos. Na verdade, afora um jantar informal, Barak jamais se encontrou pessoalmente com Arafat durante as duas semanas da Cúpula de Camp David. Arafat interpretou os gestos de Barak como colonialistas, desrespeitosos, objetivando a submissão e a humilhação de um povo oprimido por uma brutal ocupação militar. Terceiro, Arafat considerou a postura israelense mais uma tentativa de extrair concessões palestinas

sem reciprocidade. Quarto, para os palestinos, o fato de os israelenses jamais terem demonstrado transparência nas propostas, insistindo em utilizar os diplomatas americanos como intermediários, significava que Camp David era uma estratégia para enfraquecer politicamente o lado palestino, instigando desentendimentos e lutas fratricidas. Em última instância, atingir a legitimidade de Arafat, enfraquecer a ANP e instigar fragmentação política seria a finalidade dos negociadores israelenses. Quinto, a intermediação americana provou ser mais um instrumento de pressão sobre os palestinos do que uma diplomacia construtiva. A prova dada por Haniyeh foi a campanha de desinformação que logo seguiu ao encerramento das negociações. A mídia americana recebeu uma avalanche de informações imprecisas sobre a rejeição palestina das generosas concessões israelenses. A mais notória desinformação foi a publicação de uma suposta proposta israelense, a qual devolvia 95% da Cisjordânia e 100% de Gaza, além de 2% dos territórios israelenses em troca de dois blocos de colônias a serem anexadas a Israel. Jerusalém seria dividida entre bairros palestinos, sob a soberania de um Estado Palestino, e bairros judeus, sob a soberania israelense. Os refugiados teriam um fundo internacional de US\$30 bilhões para financiar a compensação de perdas e reassentamento em um futuro Estado palestino. A segurança no vale do Jordão ficaria a cargo de uma força internacional. Posteriormente, Ross admitiu que essas ideias seriam o que ele acreditava fossem os princípios aceitáveis para os israelenses, mas que, na verdade, nunca foram apresentadas formalmente em negociações (entrevista dada à Fox News no dia 21 de abril de 2002). O segundo equívoco propagado por diplomatas americanos foi a afirmação de que a delegação palestina jamais lançou uma contraproposta. Haniyeh rebateu escrevendo que existiam, sim, duas propostas claras e bem explicitadas com mapas. A afirmação de Haniyeh posteriormente foi confirmada por Ben-Ami. (SWISHER, 2004).

Quais foram, então, as duas propostas de Camp David? Ben-Ami detalhou na entrevista com Shavit a proposta israelense, levada ao conhecimento dos palestinos por diplomatas americanos, antes do início do encontro. Israel concederia 91% da Cisjordânia e 100% de Gaza, acrescentando 1% de territórios israelenses transferidos ao futuro estado palestino. Na proposta israelense, ainda seriam subtraídos da Cisjordânia “no mans land de Latrun” e o Mar Morto, consideradas áreas de segurança, reduzindo a área a ser devolvida para 86% do território da Cisjordânia. Segundo, afora os grandes assentamentos, Israel anexaria alguns pequenos assentamentos dentro do território palestino, interligados por estradas controladas permanentemente por seu exército, dividindo Cisjordânia em três fatias e impedindo irremediavelmente a continuidade territorial de um estado palestino. Terceiro, a delegação israelense considerou encerrada qualquer discussão sobre os refugiados, renunciando permanentemente a sua responsabilidade financeira, política e moral. Finalmente, Jerusalém ficaria sob a soberania israelense. Quanto a este último ponto, os direitos

palestinos se limitariam ao “custódio” dos lugares santos cristãos e muçulmanos e uma administração civil nos bairros de maioria palestina. (PRESSMAN, 2003a).

A proposta palestina começou com o princípio de que qualquer acordo de paz estável e permanente teria dois pré-requisitos: um viável estado palestino e uma resolução definitiva das questões centrais do conflito. Sobre o primeiro, insistiu na reciprocidade territorial para viabilizar a continuidade física de um estado soberano. Este fato demandava a retirada israelense de 97.66% da Cisjordânia e de toda Gaza, permitindo Israel anexar os grandes blocos de assentamentos. Em troca, o Estado palestino receberia 2,36% de terras israelenses. Sobre Jerusalém leste, os palestinos aceitariam a anexação por Israel dos assentamentos judaicos de Jerusalém, porém, todos os bairros de maioria palestina ficariam sob a soberania palestina, fazendo parte da sua futura capital. Esse arranjo territorial não implicaria necessariamente separação física da cidade. Jerusalém, incluindo seus lados leste e oeste, permaneceria integrada, sem barreiras e com livre circulação, um acordo avalizado pela comunidade internacional. Finalmente, sobre os refugiados, os palestinos se comprometeram a respeitar o princípio do equilíbrio demográfico entre judeus e palestinos em Israel, limitando o retorno de refugiados palestinos à unificação de famílias. O número total que seria absorvido por Israel se restringiria a 400.000 refugiados absorvidos em um intervalo de 10 anos. Para os outros refugiados, seria formado um fundo internacional de reassentamento e pagamento de compensações. Finalmente, o tratado de paz com os palestinos seria seguido pelo reconhecimento de Israel junto aos demais estados árabes, passando a se constituir membro nato da região. (HANIEH, 2001).

Aparentemente, as diferenças entre as partes, diferentemente de Oslo, eram mais técnicas do que políticas. Existia um reconhecimento mútuo e a admissão de ambos os lados de utilizar a diplomacia como meio para as soluções relativas aos refugiados e Jerusalém. Com a participação de profissionais qualificados, fundos internacionais e ajustamentos geográficos, haveria uma aproximação entre as duas posições. O obstáculo em Camp David, no entanto, foi político, influenciado pelo quadro externo.

Oslo havia ocorrido no intervalo de uma incontestável primazia americana, logo após o encerramento da guerra fria. A invasão do Kuwait em 1989 havia despertado a urgência de um pacto regional de segurança, o qual dependia da resolução do conflito Palestino-Israelense. Israel temia que a decisão americana de formar um pacto de segurança regional levasse à imposição de um acordo baseado na resolução 242 da ONU, antecipando a pressão com abertura de canais indiretos de negociações com a OLP.

Do lado palestino havia a expectativa de uma retaliação americana contra a OLP, avalizada pelos países do Golfo e outros regimes moderados no Oriente Médio (Egito e Jordânia), como punição ao apoio palestino ao Iraque. Essa percepção se sustentava no fato de a OLP ter sido

barrada em Madrid, substituída por cidadãos da Cisjordânia e de Gaza, formando uma delegação conjunta com a Jordânia, país que governava a Cisjordânia em 1967. Embora esse arranjo fosse uma condição imposta pelo governo israelense ultranacionalista de Itzhak Shamir, que não reconhecia a OLP, foi aceita pelos países árabes aliados dos EUA. A OLP percebia a cristalização de um questionamento regional quanto sua legitimidade como representante do povo palestino.

O ambiente internacional havia mudado em 2000. A crescente instabilidade política no Oriente Médio expandia a influência do islamismo político. As organizações islâmicas ocuparam o campo da oposição, configurando-se como ascendente força política, inclusive entre os palestinos, contestando a liderança de Arafat e da Al-Fatah. O islã político, igualmente, tornou-se o centro das preocupações europeias e americanas no início do século XXI. Neste novo quadro político que sucedeu a era da globalização, Israel começou a perceber a existência de uma coincidência de agendas políticas com as grandes potências. A liderança israelense decidiu recuar em relação a Oslo e reeditar a sua original doutrina de segurança nacional. Esta, nascida na década de 1940, identificava o estado palestino como a ameaça mais imediata à existência do estado de Israel. A sua nova justificativa era a ascensão política do Hamas, representante palestino do islamismo político, figurado como ameaça igualmente compartilhada pelas grandes potências. O fracasso dos Acordos de Camp David implicou a retomada do conflito existencial por Israel, passando a criar fatos para inviabilizar um estado palestino. A próxima sessão consta de uma rápida retrospectiva das doutrinas políticas e estratégicas palestinas e israelenses e da influência que tiveram nas ações políticas desde a década de 1940.

II. Doutrinas e ações políticas: entre a autonomia decisória e a distribuição objetiva do poder político

Uma doutrina de segurança nacional reflete um consenso entre todas as forças políticas sobre uma teoria da nacionalidade e os meios para garantir a sua sobrevivência. A doutrina da segurança nacional de Israel deriva do sionismo, estabelecendo o estado judaico como uma necessidade de sobrevivência de um povo perseguido e ameaçado de extinção. Seu estado natural se encontra na Palestina, o berço do judaísmo. Considera que, apesar de os palestinos terem direitos históricos de habitação na terra, na essência representam um corpo alienado e que deveria ser removido para outros países árabes, a fim de viabilizar o estado judaico. (SHLAIM, 1998). Eventualmente, esse estado englobará toda a Palestina e, na sua versão mais extremada do Likud, a Jordânia. O cerne da doutrina de segurança nacional israelense implica a negação da existência da nacionalidade palestina e o impedimento da criação de um estado palestino em qualquer parte da palestina histórica. (BREGMAN, 2002). Essa concepção original, formulada por Hertzal, tornou-se consensual em todo o espectro partidário israelense, incluindo-se os trabalhistas, conforme exposto História (São Paulo) v.33, n.2, p. 14-36, jul./dez. 2014 ISSN 1980-4369

no Plano Allon (Yigal Allon) e, recentemente, na publicação por Wikileaks (2010) de documentos sobre o pensamento estratégico de Moshe Dayan. (LUSTICK, 1988).

Apesar da rivalidade político-ideológica interna entre as quatro tendências principais do movimento nacional palestino (os nacionalistas do Al-Fatah, os marxistas das Frente Popular e Frente Democrática, os pan-arábicos da Frente da Libertação Árabe e os islâmicos da Irmandade Islâmica/Hamas), cristalizou-se o consenso de considerar Israel uma extensão do poder das grandes potências, uma base militar fundada para manter a submissão do Oriente Médio à exploração externa. Para os palestinos, o judaísmo, nascedouro de todas as religiões semíticas, não representa uma nacionalidade, mas uma ideologia formulada por imigrantes europeus expelidos de suas terras durante os conflitos europeus no século XIX e transferidos para a Palestina pelas potências coloniais. O único projeto nacional viável na Palestina seria um Estado multicultural e multirreligioso de direitos iguais, sem discriminação de credos ou etnias. (KHALIDI, 2006).

Desde a década de 1940, as duas doutrinas se ajustaram à distribuição objetiva do poder entre as grandes potências. Até 1967, os palestinos invocaram o direito internacional, acreditando na legitimidade dos direitos da autodeterminação nacional e do direito humanitário, caindo-se nas ilusões utópicas, nas promessas diplomáticas e nas perspectivas de mudanças governamentais e ideológicas das grandes potências. Após a derrota dos países árabes em 1967, ascenderam à direção da OLP as organizações militantes, nascidas nos campos de refugiados e inspiradas pelo marxismo terceiro-mundista. A nova direção da OLP abandonou a diplomacia e o direito internacional, aderiu à luta armada, às mobilizações nos campos de refugiados e à cultura de resistência. (SAYIGH 1997).

Para Arafat, Habash e Hawatme, a luta nacional palestina representava a vanguarda das mudanças anticoloniais no Oriente Médio, passando a ser o centro aglutinador das forças de contestação aos regimes conservadores e em colisão direta com os interesses das grandes potências na região em controlar o suprimento do petróleo mundial. (SAYIGH, 1997). Em contraposição aos regimes autoritários comandados por monarquias patriarcais que usurpavam a renda nacional e assumiam a cultura política de mando e obediência, a OLP levantava as bandeiras da democracia política, autogestão econômica e a cultura da resistência. Desde 1967, o programa da OLP, refletido nas suas práticas internas de alocação de representação no Conselho Nacional Palestino, adotou formalmente a democracia política alimentada por uma ativa presença da sociedade civil organizada em suas instâncias decisórias. Economicamente, a OLP optou pela autogestão de cooperativas industriais nos campos de refugiados, o complexo Samed, como sustentáculo da mobilização popular. Por sua vez, o seu Departamento Cultural, junto com o Instituto de Estudos Palestinos, passou a ser uma escola das artes engajadas. A literatura de resistência de Ghassan Kanafani, Mahmoud Darwish, Samih Al-Qasim e Tawfic Zayyad e as artes plásticas politizadas de Ismail

Shammout, Samia Halaby, Naji Al-Ali e Tayseer Sharaf colocaram o militante camponês e o operário dos campos de refugiados, destituídos de direitos nacionais, como as expressões mais autênticas da nacionalidade palestina. (BOULLATA, 2009 e HALABY, 2001).

Por outro lado, os israelenses versados na política do poder na Europa do século XIX souberam aproveitar as mudanças na correlação de forças mundiais para viabilizar seu projeto político. Adotaram uma linha clássica realista, percebendo que o sucesso do seu projeto político demandaria uma adequação das doutrinas políticas à distribuição objetiva do poder entre as grandes potências. Esse seria o fator determinante do êxito de Israel desde a década de 1940. A escolha israelense se enquadra na categoria de “bandwagoning”. (FIAMMENGHI, 2011). Esse comportamento é adotado por estados menores em reconhecimento dos seus inerentes limites materiais de poder, optando por uma aliança estratégica com a potência dominante. A força menor considera que os benefícios trazidos pela redução da sua liberdade de ação traz mais benefícios do que custos. Em compensação, a grande potência oferece vantagens territoriais, militares e econômicas, garantindo a primazia perante os rivais. (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

O bandwagoning israelense começou no nascedouro do estado. Tanto Mapai, a organização que deu origem ao partido trabalhista israelense formada por ex-militantes de esquerda, como Herut, a ultranacionalista de raízes conservadoras, submeteram suas ideologias à finalidade de fundar um Estado judaico na palestina com o apoio da Grã-Bretanha. O bandwagoning se aprofundou em 1956 quando Israel iniciou a invasão do Egito em apoio às reivindicações coloniais pelo controle do Canal de Suez. Apesar do recuo do tríplice invasor perante a tenacidade da resistência egípcia, liderada por Jamal Abdel-Nasser, e a pressão da União Soviética no Conselho da Segurança da ONU, Israel foi premiado com um maciço apoio militar francês e britânico que assegurou sua superioridade perante os exércitos árabes na guerra de 1967. Sem o Mirage francês e o Centurion britânico, Israel certamente não teria tido a vantagem militar para impor derrota decisiva contra os combinados exércitos árabes, assegurando uma extensa expansão territorial. O grande prêmio à participação israelense na invasão do Egito, em 1956, veio pelo apoio francês à construção do reator nuclear de Dimona, em 1958. E quando DeGaulle decidiu reduzir a cooperação militar a Israel, o Reino Unido assumiu este ônus entre 1959 e 1961, concluindo as obras por volta de 1965 e iniciando a produção de armamentos nucleares, em 1969. Com o apoio do Reino Unido e da França, Israel conseguiu avançar seus objetivos em duas frentes: expandir o território para incluir toda a Palestina histórica e garantir a sua sobrevivência com a aquisição de dezenas de bombas atômicas. (COHEN, 1998).

A derrota de Nasser na guerra de 1967, apesar de ganha pelo armamento europeu, representou uma virada do bandwagoning israelense das antigas potências coloniais à nova potência mundial, os EUA. Dois motivos selaram a nova aliança estratégica. Primeiro, os israelenses

demonstraram uma superioridade militar perante todos os rivais e, portanto, se configurou na maior força militar concreta no Oriente Médio. Segundo, a derrota de Nasser na guerra de 1967 foi mais do que uma ocorrência militar, à medida que estancava o pan-arabismo, a força política candidata à hegemonia regional. Para os EUA, as três linhas políticas do pan-arabismo, o nacional desenvolvimentismo, a contestação das monarquias conservadoras e o crescente alinhamento com a União Soviética representavam uma ameaça à ordem regional. A única força que demonstrava condições para estancá-las seria o estado de Israel. Com a derrota de Nasser em 1967, sua morte em 1971 e a ascensão do Anwar Sadat, o pan-arabismo entra em colapso, levando Egito ao eixo americano e abrindo sua economia aos investidores internacionais. (LAYNE, 2006).

Neste intervalo, Israel passou a ser o principal aliado estratégico dos EUA, ao lado do Irã de Shah Pahlavi. As relações entre Israel e os EUA se aprofundaram durante o governo Nixon (1970-1974). Os exorbitantes gastos da guerra do Vietnam, além do custo da estratégia de “containment”, haviam causado uma profunda recessão econômica. Nasce a “Doutrina Nixon”, focada em duas linhas formuladas com o intuito de minimizar os custos da guerra fria: compartilhamento da segurança com aliados regionais e abertura de uma nova frente antissoviética com a visita, em 1972, à China. No Oriente Médio, a “Doutrina Nixon” de fato criava uma dependência americana sob o poderio militar israelense, permitindo o avanço de seu objetivo político principal, a inviabilização de um soberano estado palestino. (CALDWELL, 2009 e KLARE, 1978). Repentinamente, Israel passou a ter mão livre para se expandir nos territórios palestinos, com a maciça intensificação de assentamentos. A ação iniciada durante os governos trabalhistas e dentro do Plano Alon, apresentado em 1968 por Yigal Alon (então, ministro da Migração e Absorção) previa o gradual fatiamento, colonização e anexação de grandes partes da Cisjordânia e Gaza. O restante dos territórios palestinos seriam devolvidos à Jordânia, inviabilizando assim a criação de um soberano estado palestino. O papel de Israel como único aliado estratégico americano aumentou mais ainda em 1979, após a derrubada do Shah Pahlavi por uma revolução islâmica antiamericana, levando Israel de fato a se tornar o único aliado seguro na região e, portanto, a receber apoio tácito para avançar na sua política de expansão territorial. (YERGIN, 1991).

O governo Carter continuou o apoio aos aliados regionais pressionado pela invasão do Afeganistão e os efeitos da revolução iraniana no Oriente Médio. (KLARE, 1981). Apesar de Israel continuar sendo o único seguro aliado estratégico, a nova linha incluiu os países do golfo e o Iraque num eixo anti-iraniano. A expansão israelense continuou, sustentada pela posição de ser o mais seguro aliado dos EUA.

Durante o governo Reagan, as relações se estreitaram mais ainda. Reagan havia decidido abandonar a estratégia de “containment”, a linha oficial adotada desde o governo Truman, pela ofensiva (roll-back), refletindo uma decisão política de vencer a guerra fria. Os EUA expandiram

significativamente os gastos militares a fim de intensificar a corrida armamentista e esgotar economicamente a União Soviética. Nesta estratégia, o fortalecimento militar de Israel e da Turquia representavam a salvaguarda regional contra a retaliação Soviética.

A vitória americana se concretizou durante o governo George Bush (1989-1993), gerando uma distribuição unipolar do poder. A "Doutrina Bush", publicada na DPG (Defense Planning Guideline) pelo Pentágono, indicava três metas: sustentar a primazia unipolar, priorizar a ação unilateral para evitar o surgimento de novos rivais mundiais à altura da antiga União Soviética e estabelecer um equilíbrio de poderes nas regiões vitais que evitasse a cristalização de hegemonias ameaçadoras da primazia americana. A decisão de sustentar a unipolaridade americana mediante a unilateralidade implicava redução do papel dos aliados regionais. A primeira guerra do golfo, iniciada pela invasão iraquiana ao Kuwait, testou a doutrina da unipolaridade. Os EUA lançam uma maciça operação militar deslocando ao Golfo 150.000 soldados, em uma coordenada ofensiva com diversos exércitos árabes (inclusive o sírio de Assad) para a retomada do Kuwait. Após a derrota do Iraque, os EUA e a União Soviética, já fragilizada e à beira do colapso, patrocinam a Conferência de Madrid, em 1991, com o objetivo de formar um pacto de segurança regional. Convidam todos os países da região, inclusive Israel, para negociações multilaterais. A resolução do conflito passa a ocupar o topo das prioridades americanas, buscando-se evitar que a questão palestina continuasse produzindo instabilidade regional. A relutância do governo Shamir em avançar as negociações contra a determinação americana de estabelecer um pacto de segurança regional levou a sua derrota eleitoral para o trabalhista Yitzhak Rabin. Inicia-se a revisão da estratégia israelense de bandwagoning, adotando-se uma nova linha de negociações diplomáticas, concessões territoriais e reconhecimentos mútuos com os palestinos. Foi este o contexto que levou ao sucesso de Oslo.

Os entendimentos entre palestinos e israelense costurados pelos Acordos de Oslo avançaram sob o patrocínio do governo Clinton. A era da globalização anunciava a consolidação da unipolaridade americana, formalmente designada "selective but cooperative primacy" (primazia seletiva porém cooperativa). Nasce a tese de "soft power", a noção de que o mundo estava transitando para uma nova fase de relações, ditadas por uma crescente interdependência econômica, cultural e de comunicações. Neste quadro, a primazia militar americana se torna um catalizador de uma estabilidade mundial assentada em crescente interdependência, tendo como finalidade a economia de mercado e a democracia representativa. Para Clinton, os palestinos deveriam deslocar suas prioridades de negociações territoriais para o desenvolvimento econômico e político, aceitando as propostas territoriais israelenses. Essa tese guiou sua convocação da cúpula de Camp David. (NYE, 2002).

O pensamento de Clinton, em vez de facilitar o ambiente de conciliação acabou induzindo à intransigência. Os israelenses interpretaram o gesto como um apoio incondicional às suas posições

fechando as janelas para o pragmatismo diplomático. Essa posição coincidiu com a pressão de Ariel Sharon e da direita israelense, levando Barak a vincular a sobrevivência do seu governo à supressão de concessões dos palestinos. Por sua vez, a opinião pública palestina interpretou a pressão americana como uma imposição colonial. Durante a cúpula, o Hamas explorou essa tendência contra Arafat. Pela primeira vez desde a sua ascensão à liderança da OLP, Arafat sentia que sua legitimidade sofria de séria contestação e precisava demonstrar que sua opção pelos Acordos de Oslo traria ao povo palestino o tão sonhado estado nacional, a retirada de Jerusalém e uma solução para os refugiados.

As estratégias das negociações certamente influenciaram o fracasso de Camp David, porém a variável determinante foi a mudança da agenda internacional. No início do século XXI, o islã político passou a ocupar o topo das ameaças das grandes potências. Quatro motivos explicam por que essa força política secundária ascendeu à liderança da oposição no Oriente Médio, configurando-se como a promessa de mudanças sociais, principalmente para a juventude. Primeiro, a revolução iraniana de 1979 e sua imediata decisão de cortar relações históricas com Israel, além do apoio aos movimentos militantes anti-israelenses, atraiu a simpatia das grandes massas. Segundo, o projeto de modernização institucionalizado pelos regimes pró-ocidentais em substituição ao pan-arabismo fracassou em trazer benefícios à população. A expansão urbana, acompanhada por uma explosão demográfica e deterioração nas condições sociais, avolumou uma massa suscetível ao discurso simplório de rápidas soluções. Terceiro, esse discurso se concretizou, dada a ausência de contrapeso ideológico ao nacionalismo, bem como à esquerda. O primeiro foi derrotado e estancado em 1967, enquanto o segundo perdeu força com o colapso da União Soviética. Quarto, o conflito palestino-israelense congelou o Oriente Médio nas prioridades geopolíticas, tornando inoperante o sistema político e agravando a sua deslegitimação diante do discurso islâmico.

O surgimento da Al-Qaeda como principal ameaça à segurança internacional legitimou o recuo dos governos conservadores israelense dos acordos de Oslo. Al-Qaeda, uma pequena e insignificante organização militante originária da guerra do Afeganistão, cresceu com a exposição midiática dos ataques a bombas ao World Trade Center em Nova Iorque, em 1993; a explosão da embaixada americana de Nairóbi, em 1998, deixando 300 mortos; e o ataque contra USS Cole in Iêmen, em outubro de 2000, deixando 17 marinheiros americanos mortos. Para os israelenses, o aparecimento do islamismo político como nova ameaça para os países desenvolvidos ofereceu uma janela para se retomar a estratégia de bandwagoning. Apesar de o Hamas ser um inimigo declarado da Al-Qaeda, a direita israelense explorou a nova agenda anti-islâmica para se recuar dos Acordos de Oslo. O regresso à doutrina original foi simbolizada pela esmagadora vitória eleitoral de Ariel Sharon por 68% contra 23% de Barak. Sharon havia focado sua campanha eleitoral na

impossibilidade de Israel aceitar um estado palestino governado pelo Hamas. A sua visita à Esplanada das Mesquitas em setembro de 2000, a faísca que levou à explosão da “segunda Intifada”, teve a simbólica demonstração de que nenhum lugar religioso islâmico ficaria fora da soberania de Israel. Logo após a instalação de seu gabinete, Sharon militariza o conflito anunciando ações para esmagar os protestos: assassinato de lideranças, incursões nos centros urbanos, bombardeios aéreos e o isolamento das cidades palestinas por bloqueios militares. Os palestinos retaliaram com ataques suicidas contra alvos civis e militares. (PRESSMAN, 2003b).

O recuo israelense de Oslo ainda foi impulsionado pela eleição de George W. Bush e as consequências do ataque de 11 de setembro. Surgiu a “doutrina Bush”, focada primordialmente no Oriente Médio, contendo quatro prioridades: 1. uso unilateral do poder militar como meio para editar uma ordem mundial, 2. reaproximação e coordenação das ações militares e políticas com aliados estratégicos regionais, 3. lançamento de ações preventivas contra ameaças aos interesses americanos e 4. legitimidade das mudanças de regimes políticos de estados designados “rogue states” (estados fora da lei). O “bandwagoning” israelense se ampliou para incluir a Europa, após os ataques da Al-Qaeda em 11 de março de 2004 em Madrid e em 07 de julho de 2005 em Londres. A tendência se fortaleceu com a ascensão dos gabinetes conservadores impelidos pelo discurso anti-imigrante, sendo as populações oriundas do Oriente Médio seu alvo principal.

A “doutrina Bush” teve sua concretização nas duas invasões, do Iraque e Afeganistão, e no apoio irrestrito à política israelense nos territórios ocupados. Durante as negociações de Anápolis entre o novo presidente palestino Mahmood Abbas e o primeiro ministro Ehud Olmert, a administração americana anunciou um aumento de 25% na ajuda militar, o equivalente a US\$ 3 bilhões anualmente para manter a superioridade bélica israelense. Era uma clara sinalização ao lado palestino de que Israel teria todo o apoio para impor seus interesses sobre seus rivais.

A vitória eleitoral de Obama, em 2008, indicava uma mudança significativa nos rumos políticos internos e externos dos EUA. Representava a prova definitiva da inviabilidade do conservadorismo social representado pela direita republicana em uma América cosmopolita e urbana, um caldeirão étnico multicultural. Na política externa, as dificuldades da “doutrina Bush”, marcada por dolorosas baixas militares, uma aguda crise econômica e o desprestígio e isolamento dos EUA, lançam um profundo debate entre correntes geopolíticas sobre a grande estratégia necessária para preservar a liderança americana. (FLOURNOY; BRIMLEY, 2008). A palavra para descrever a nova linha é “retrenchment”, caracterizada por disciplinamento e cautela no uso unilateral do poder militar paralelamente ao fortalecimento econômico, social e infraestrutural interno. A política externa assume o papel de catalizador de mudanças democráticas e econômicas, substituindo a ação do agente direto e impositivo da era Bush. Hilary Clinton designava a nova estratégia como “smart power”. Nesta nova doutrina, a liderança americana se vincula a sua

capacidade da resolução de conflitos mundiais, reduzindo o livre arbítrio de aliados estratégicos e os submetendo aos princípios da convivência de uma sociedade internacional. (MEARSHEIMER, 2011; 2014).

O “soft power” adotado pelos democratas, todavia, enfrentou a sua prova maior no Oriente Médio. Primeiro, enquanto a globalização econômica prometia o desenvolvimento e aumento de renda, a abertura de mercados intensificou o comportamento predatório das elites políticas, agravando as desigualdade de renda, a pobreza e o colapso da coesão social. Essa tendência já havia sido revelada nos relatórios sobre o desenvolvimento humano árabe do PNUD (UNDP, 2009) e, particularmente, no seu último relatório de 2009 sobre a crescente insegurança social experimentada pelos cidadãos em toda a região. Segundo, a relutância dos regimes árabes em abrir o sistema político foi tolerada pelos EUA em nome da guerra contra o terror. Ironicamente, foi na década de 1990, tida como a década da consolidação democrática mundial, que os regimes árabes intensificaram a repressão, principalmente à juventude. Terceiro, o “soft power” coincidiu com a piora das condições de vida dos palestinos sob o domínio militar israelense. No imaginário das massas árabes, a negação dos direitos de autodeterminação dos palestinos simboliza a convivência das elites árabes com a dominação externa.

A deslegitimação do sistema político regional alcançou o apogeu durante a “primavera árabe”, a mudança mais significativa na história contemporânea do Oriente Médio. Apesar de o desenrolar dos eventos suscitar ceticismo quanto à permanência da experiência democrática (INBAR, 2013), seis motivos indicam a definitiva ruptura com o antigo regime. Primeiro, diferentemente de outras épocas, quando os movimentos políticos se iniciaram por golpes militares apoiados pelas classes médias intelectualizadas, a primavera árabe foi obra de uma ampla aliança de classes sociais contra as elites políticas. Segundo, as mudanças anteriores foram movidas por um voluntarismo político-ideológico de forças partidárias-militares (diversas variações do pan-arabismo), um esforço heróico subjetivo de natureza ideológica, enquanto a primavera árabe surgia como necessidade de sobrevivência do corpo social em plena crise. Na última década, a explosão demográfica coincidiu com uma rápida urbanização, levando à piora significativa dos indicadores sociais; elevação de desemprego, inclusive nos ricos países do golfo; baixas taxas de crescimento econômico; corrupção generalizada e violência urbana. A crise não se limitou às camadas de baixa renda, mas afetou todas as classes sociais, particularmente as camadas médias. Terceiro, as mudanças abalaram a cultura política dominante tanto das monarquias patriarcais como das repúblicas nacionalistas autoritárias. A cultura de obediência das massas às elites governantes ruiu perante a violência simbólica das manifestações, reforçada pela destituição pública de intocáveis lideranças, atos de igual força cultural das revoluções europeias dos séculos 18 e 19. Quarto, a intensificação das comunicações e informações pelas redes virtuais convergiu narrativas,

expectativas e valores sociais. Quinto, a queda de um regime refletiu imediatamente em todo o Oriente Médio, formando uma cadeia continuada de eventos, unidade das agendas políticas e sentimento de um destino comum. Sexto, as guerras civis e a instabilidade política causaram significativos movimentos demográficos entre os estados. Os deslocamentos populacionais de refugiados, fugitivos de guerras e migrantes atingiram todas as camadas sociais: trabalhadores, camponeses, profissionais liberais, intelectuais e políticos. Sétimo, o colapso do antigo regime produziu um vácuo no poder e uma luta aberta e imprevista entre diversas forças políticas, dificultando-se a interferência das grandes potências, com maior geração de autonomia política.

A Primavera Árabe ainda produziu uma convergência não hegemônica no Oriente Médio movida por três tendências: 1. ascensão das forças políticas seculares à liderança regional, com um discurso e agenda nacionalista mais preocupados com a resolução de problemas internos do que com a exportação de ideologias e projetos políticos nos moldes do Islã político; 2. uma autonomização econômica liderada pelo capital regional, alimentado por uma explosão da demanda interna; e 3. expansão do papel do capital regional no desenvolvimento interno, que ocorreu paralelamente ao recuo e desinvestimento do capital internacional no Oriente Médio.

Apesar de as lutas abertas entre projetos políticos chegarem aos casos extremados de guerra civil, em geral a “primavera árabe” consolidou uma nova cultura dos direitos. Estabeleceu a noção de que a legitimidade e sustentabilidade dos governantes dependem da sua capacidade de transformar as preferências e as demandas dos cidadãos em políticas concretas que melhorem as expectativas de vida do conjunto da sociedade e de que o preferido sistema político para viabilizar a integração entre as demandas sociais e as instituições governamentais depende de eleições livres, na qual todos os cidadãos tenham direitos iguais. Essa tendência democrática já havia sido documentada desde o início do século XXI, durante o apogeu do Islã Político, principalmente entre a juventude do Oriente Médio. Enquanto uma maioria dos jovens apoiava o Islã Político, 58% acreditavam na qualidade da democracia representativa, 81% da educação superior ocidental, 71% da ciência e tecnologia ocidental e um número igual da qualidade dos produtos americanos e europeus. A sondagem de Zogby concluiu que a expansão do Islã político se dava mais em razão da “Doutrina Bush” e do apoio irrestrito estadunidense à militarização da “segunda Intifada” do que por uma internalização de valores políticos. (FULLER, 2003).

As significativas mudanças políticas e sociais no Oriente Médio foram acompanhadas por um engessamento político em Israel. Diferentemente da tradição realista predominante desde a década de 1940, que adequava a doutrina política à distribuição do poder entre as grandes potências, a direita israelense inverte a dinâmica, mergulhando nas ilusões ideológicas. Duas hipóteses são levantadas pelo grupo governante. Na primeira, Israel nega a profundidade das mudanças políticas internas e externas trazidas pela Primavera Árabe. Nos mesmos moldes do orientalismo, acredita na

sustentabilidade das antigas elites políticas, focadas nos seus interesses privados, reinando sobre uma obediente massa desprovida de iniciativa e autonomia necessárias para construir uma moderna democracia. Na segunda, avalia que o “retrenchment” americano levará a uma distribuição multipolar do poder que prolongará a estratégia de bandwagoning. As potências ascendentes buscarão Israel como aliado regional para exercer uma influência geopolítica no Oriente Médio, usufruir das suas tecnologias e do desenvolvimento econômico. Contra a primeira, a “primavera árabe” mudou permanentemente o sistema regional. Desapareceram as suas instituições políticas e seu sistema de valores. O Oriente Médio realizou a sua revolução democrática, lançando a região numa nova era dos direitos da cidadania. Contra a segunda, surge um sistema regional de crescente convergência política e econômica que torna o bandwagoning israelense nocivo aos interesses de qualquer ascendente potência mundial. (INBAR, 2013).

Conclusão

Após duas décadas dos Acordos de Oslo, cristaliza-se mais uma conjuntura internacional propícia ao avanço da paz entre palestinos e israelenses. Todavia, diferentemente da década de 1990, a liderança ultranacionalista israelense não demonstra o realismo necessário para ajustar a sua doutrina política ao novo cenário regional. Dois fatos ainda tornam decisiva a conjuntura atual. A direita israelense, divorciada das realidades concretas das mudanças políticas, comanda um vasto arsenal nuclear e um dos exércitos mais letais na região. Sob seu comando, facilmente a segurança se esvazia do seu conteúdo político, degradando-se em vinganças pessoais e ações erráticas. Acompanhando a irracionalidade dos impulsos subjetivos e a degradação civilizatória, expande-se o fanatismo e a demagogia política.

Nisso reside o dilema dos palestinos em relação a como reagir à degradação civilizatória israelense. Diria que existem dois caminhos: esperar pacientemente a volta da sanidade política, com a eleição de novas lideranças à altura de Rabin e Peres para negociar um tratado de paz. Nas condições atuais em que se encontra Israel, capturado por uma elite política presa à ideologia reacionária de caráter nacional, essa opção seria ingênua. No horizonte político atual nenhuma força tem as condições políticas para contestar o domínio da direita. Resta uma segunda opção mais grandiosa, aquela que norteava os princípios fundadores do movimento nacional palestino de ter um estado palestino e um Oriente Médio governados por princípios de justiça social, de um desenvolvimento econômico equitativo e de sólidas instituições democráticas enraizadas na sociedade. No dia 03 de junho de 2014 esse caminho nasceu com a formação de um governo de unidade nacional, na qual todas as forças políticas, inclusive as religiosas, concordaram em se submeter aos princípios do estado de direito. Em decorrência, veio a maciça aprovação

internacional com os anúncios favoráveis dos EUA, União Europeia, Rússia, China e Índia ao novo governo. Espera-se que as forças progressistas israelenses renasçam das cinzas, apaguem as fogueiras irracionais da ultradireita e marchem juntamente para consolidar um Oriente Médio livre do fanatismo religioso.

Referências

ABBAS, M. **Through secret channels**. London: Garnet, 1995.

ASHRAWI, H. **This side of peace**: a personal account. New York: Shimon & Schuster, 1995.

BEILIN, Y. **Touching peace**: from the Oslo Accord to a final agreement. London: Weidenfeld & Nicolsen, 1999.

BOULLATA, K. **Palestinian art**: from 1850 to present. London: Saqi Press, 2009.

BREGMAN, A. **Israel's wars**: a history since 1947. London: Routledge, 2002.

BROWN, N. **Palestinian politics after the Oslo accords**: resuming Arab Palestine. Berkeley: University of California Press, 2003.

BRYNJAR, L. **Implementing the Oslo Peace Accords**. A Case Study of the Palestinian–Israeli Peace Process and International Assistance for the Enhancement of Security, Oslo: Norwegian Defense Research Establishment, FFI (FORSVARETS FORSKNINGSINSTITUTT) Report, 1998.

CALDWELL, D. **The legitimization of the Nixon-Kissinger grand design and grand strategy**. Diplomatic History, Malden, MA, v. 33, n. 4, p. 633-652, 2009.

COHEN, A. **Israel and the bomb**. New York: Columbia University Press, 1998.

EGELAND, Jan. Norway's Middle East Peace Channel: an Insider's View'. **Security Dialogue**, Oslo, International Peace Research Institute, n. 3, v. 25, p. 349-364, 1994.

FIAMMENGHI, D. **The security curve and the structure of international politics**. International Security, Cambridge, Ma., n. 4, v. 35, p. 126-154, Spring 2011.

FLOURNOY, M; BRIMLEY. S (orgs). **Finding our way**: debating American grand strategy. Washington D.C.: Center for a New American Security, 2008.

FULLER, G. **The youth factor**: the new demographics of the Middle East and the implications for U.S. policy. Washington D.C: The Brookings Institution, The Saban Center for Middle East Policy, 2003.

HALABY, S. **Liberation art of Palestine**: Palestinian painting and sculpture in the second half of the 20th century. New York: H.T.T.B. Pub, 2001.

HANIEH, A. Special document: the Camp David Papers. **Journal for Palestine Studies**, Berkeley, n. 2, v. 30, p. 75-97, Winter 2001.

INBAR, E. **The Arab Spring, democracy and security**: domestic and international ramifications. London: Routledge, 2013.

KHALIDI, R. **The Iron Cage**: the story of the Palestinian struggle for statehood. Boston: Beacon Press, 2006.

KLARE, M. **Supplying Repression**. New York: Field Foundation, 1978.

KLARE, M. **Beyond the 'Vietnam Syndrome'**: U.S. Interventionism in the 1980s. Washington, D.C.: Institute for Policy Studies, 1981.

LAYNE, C. **The peace of illusions**: American grand strategy from 1940 to the present. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

LUSTICK, I. **Early activity of Gush Emunim**. New York: The Council on Foreign Relations, 1988.

MEARSHEIMER, J. Imperial by design. **The National Interest**, Washington D.C., n. 111, p. 16-34, Jan/Feb 2011.

MEARSHEIMER, J. America unhinged. **The National Interest**, Washington D.C, n. 129, p. 9-30, Jan/Feb 2014.

NYE, J. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PERES, S. **Battling for peace**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1995.

PRESSMAN, J. Visions in collision. What happened at Camp David and Taba? **International Security**, Cambridge, MA, n. 2, v. 28, p. 5-43, Fall 2003a.

PRESSMAN, J. The second Intifada: background and causes of the Israeli-Palestinian conflict. **The Journal of Conflict Studies**, New Brunswick, n. 2, v. 23, p. 114-141, Fall 2003b.

ROMM, J. **Defining national security**: the nonmilitary aspects. New York: Council on Foreign Relations Press, 1993.

ROTHSTEIN, R. **After the peace**: resistance and reconciliation. Lynne Rienner Publications, 1999.

SAVIR, U. **The process**: 1,100 days that changed the Middle East. New York: Random House, 1998.

SAYIGH, Y. **Armed struggle and the search for state**: the Palestinian national movement, 1949-1993. New York: Oxford University Press, 1997.

SAYIGH, Y; SHLAIM, A. **The Cold War and the Middle East**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SHLAIM, A. **Collusion across the Jordan**. Ann Arbor: University of Michigan, 1998.

SWISHER, C. **The truth about Camp David**. New York: Nation Books, 2004.

UNDP. **Arab human development report**: challenges to human security in the Arab world. New York: UNDP/RBAS, 2009.

WAAGE, H. H. **Norwegians? Who needs Norwegians?** Explaining the Oslo back channel. Oslo: Peace Research Institute of Oslo (PRIO), evaluation report, 2000.

WAAGE, H. H. **Peacemaking is a risky business**: Norway's role in the peace process in the Middle East, 1993. Oslo: Peace Research Institute of Oslo (PRIO), 2004.

WAAGE, H. H. Norway's role in the Middle East peace talks: between a strong state and a weak belligerent. **Journal of Palestine Studies**, Berkeley, n. 4, v. 34, p. 6-24, Summer 2005.

WIKILEAKS. **Leaked cables on Israel**: Dayan's thinking on possible peace arrangements with Jordan & Egypt [May 18, 1973], 2010. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/US-Israel/wikiisrael73.html>. Acesso em: 30 abri. 2013.

YERGIN, M. **The Prize**: The Epic Quest for Oil, Money, and Power. New York: Simon & Schuster. 1991.

Jawdat Abu-El-Haj é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Atualmente é *Visiting Scholar* no *Institute for Latin American Studies*, Columbia University.

Recebido em 07/07/2014

Aprovado em 30/09/2014